



AUTÁRQUICAS 2021

LISBOA UMA CIDADE EM COMUM

lisboa.bloco.org

**RESPOSTA
À CRISE SOCIAL
CRIADA PELA
COVID-19**

**HABITAÇÃO
PARA
TODA A
GENTE**

**MAIS E MELHOR
SERVIÇO PÚBLICO
E DIREITO À
CIDADE**



AUTÁRQUICAS 2021

LISBOA, UMA CÍDADE EM COMUM

lisboa.bloco.org

PROGRAMA DO BLOCO DE ESQUERDA
DE LISBOA, ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021

ÍNDICE

LISBOA, UMA CIDADE EM COMUM	04
A - RESPOSTA À CRISE SOCIAL CRIADA PELA COVID-19	05
A1 - Apoio às populações mais vulneráveis	06
A2 - Apoiar os pequenos negócios e o movimento associativo e cultural	06
A3 - Investimento municipal para promover o emprego.....	07
B - HABITAÇÃO PARA TODA A GENTE	08
C - COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	10
C1 - Justiça Climática	10
C2 - Transportes e mobilidade	13
D - CÂMARA MUNICIPAL:	
MAIS E MELHOR SERVIÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE	16
D1 - Cidade Saudável	17
D2 - Educação gratuita e de qualidade da creche ao ensino superior	19
D3 - Pessoas idosas	21
D4 - Por uma Lisboa com mais espaço público, transparente e participada	23
E - LISBOA DE TODOS OS DIREITOS	25
E1 - Combate ao racismo e discriminação racial	26
E2 - Lisboa feminista que combate o assédio e a violência	28
E3 - LGBTI+ em plena igualdade	29
E4 - Pessoas em situação de sem abrigo	31
E5 - Jovens	32
E6 – Direitos das pessoas migrantes, pessoas em situação de refúgio e requerentes de asilo	34
E8 - Desporto	36
E9 - Bem-estar animal	37
F - PROMOVER E APOIAR A CULTURA NA CIDADE	38
QUEM SOMOS	41

LISBOA, UMA CÍDADE EM COMUM

O programa que o Bloco de Esquerda propõe para os próximos quatro anos é um programa alternativo de governo para Lisboa que apresenta respostas concretas para a vida das pessoas. Vamos mostrar que é possível ter uma cidade onde todos e todas possam viver, com oferta de habitação pública a preços acessíveis, uma cidade com melhores transportes públicos.

Propomos o que é mais racional e ecológico: transportes públicos gratuitos. Queremos tornar Lisboa uma cidade livre de discriminações. Lutaremos por uma Lisboa resistente à crise com propostas para o emprego, com medidas sociais emancipadoras, combate à pobreza, à desigualdade e às discriminações e educação universal e pública de qualidade. Uma cidade em que a saúde é bem mais do que não estar doente, uma Lisboa onde o ar que se respira é de qualidade. Uma Lisboa que tem cultura feita por todas e todos e em toda a cidade. Queremos uma cidade em comum, para todos e todas, os que cá vivem, os que cá querem viver, bem como para quem trabalha e visita a cidade.

Após quatro anos no executivo da Câmara Municipi-

pal de Lisboa, o Bloco mostrou que é possível fazer uma política autárquica diferente. Com a força do Bloco, foi possível ter manuais escolares gratuitos, descer os preços dos passes sociais, implementar a tarifa social da água automática, abrir a primeira sala de consumo vigiado do país e o maior investimento de sempre nas pessoas em situação de sem abrigo.

No entanto, Lisboa continua a ser uma cidade desigual, poluída, em que o preço da habitação é demasiado alto e em que se demora demasiado tempo em deslocações. Precisamos de Lisboa com mais habitação a preços que as pessoas possam pagar, com mais e melhor mobilidade para combater as desigualdades e as alterações climáticas.

O PS nunca deixou de se apoiar na direita para fazer avançar interesses dos grandes grupos económicos, optando por projetos para uma cidade que é só para alguns. Estas opções urbanísticas restringem o espaço público da cidade aos interesses privados. Lisboa é a cidade com o maior nível de desigualdade do país. A isto acrescem os problemas sociais e económicos que a pandemia trouxe. Este contexto de pandemia torna óbvio que o modelo económico sustentado apenas no turismo é perigoso e não constrói uma cidade mais justa.

A RESPOSTA À CRISE SOCIAL CRIADA PELA COVID-19

A crise afetou Lisboa de maneira desproporcional. Isso aconteceu devido à estratégia económica exclusivamente baseada no turismo e na desigualdade estrutural da capital, onde o Índice de Gini é claramente o mais alto do país.

O rendimento mais baixo dos 10% mais ricos era 13,7 vezes maior do que o rendimento mais elevado dos 10% mais pobres, quase o dobro da média nacional. Quanto mais precários, mais afetados pela pandemia e o setor do turismo e da cultura, tão fortes em Lisboa, são sinónimos de precariedade.

A cada confinamento, e na impossibilidade de passarem para o teletrabalho, muitas destas pessoas perderam todo o rendimento. Recorde-se, só em Lisboa havia mais de 150 mil pessoas a viver do turismo, setor que na capital tinha receitas equivalentes a quatro vezes a Autoeuropa.

Face a isto, e embora a competência seja do governo, a CML, através do Pelouro gerido pelo Bloco, abriu centros de emergência para as pessoas em situação de sem abrigo, apoiou alimentariamente e financeiramente milhares de pessoas na cidade, acompanhou os idosos em situação de isolamento e criou uma linha de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica e de género. Nas escolas, a alimentação foi garantida a todas as crianças e jovens do 1º ao 12º ano e foram distribuídos mais de 3300 computadores e routers para as crianças mais vulneráveis. Os alunos do escalão B da ação social escolar passaram a ter refeições gratuitas todo o ano. Foi ainda criada uma plataforma online com recursos gratuitos para a aprendizagem das crianças do 1º ciclo.

Estas medidas, fruto do acordo entre PS e Bloco de Esquerda para a governação da CML, foram importantes para atenuar a crise social e fizeram a diferença na vida de muitas pessoas.

Agora, precisamos de continuar os apoios sociais, reforçar os que são mais necessários e dar fôlego à recuperação económica e social da cidade de Lisboa, corrigindo lacunas que já existiam antes da pandemia. Uma resposta de esquerda, solidária, inclusiva e progressista é o que propomos para os próximos 4 anos.

A1

APOIO ÀS POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS

A resposta à crise posta em prática pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Vereador do Bloco com os pelouros dos Direitos Sociais e Educação foi muito além das medidas do governo. Esta resposta aos mais vulneráveis deve ser mantida enquanto se fizerem sentir as consequências sociais da pandemia.

- Fundo de Emergência Social Covid-19 para famílias que não consigam pagar as contas da casa;
- **Subsídio de habitação para as famílias que não conseguem manter a casa com o fim das moratórias;**
- Programa de apoio à habitação específico para as pessoas com deficiência e jovens afetados pela pandemia;
- Apoio alimentar às famílias que necessitem, incluindo pessoas idosas, jovens e pessoas em situação de sem abrigo;
- Apoio de emergência para as vítimas de violência de género;
- Manutenção dos centros de emergência para as pessoas em situação de sem abrigo;
- Criação de um programa de recuperação das aprendizagens das crianças e jovens (ver ponto educação);

A2

APOIAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E CULTURAL

Os pequenos negócios e o movimento associativo e popular são essenciais para que Lisboa mantenha o emprego e a coesão social, por isso têm de ser apoiados.

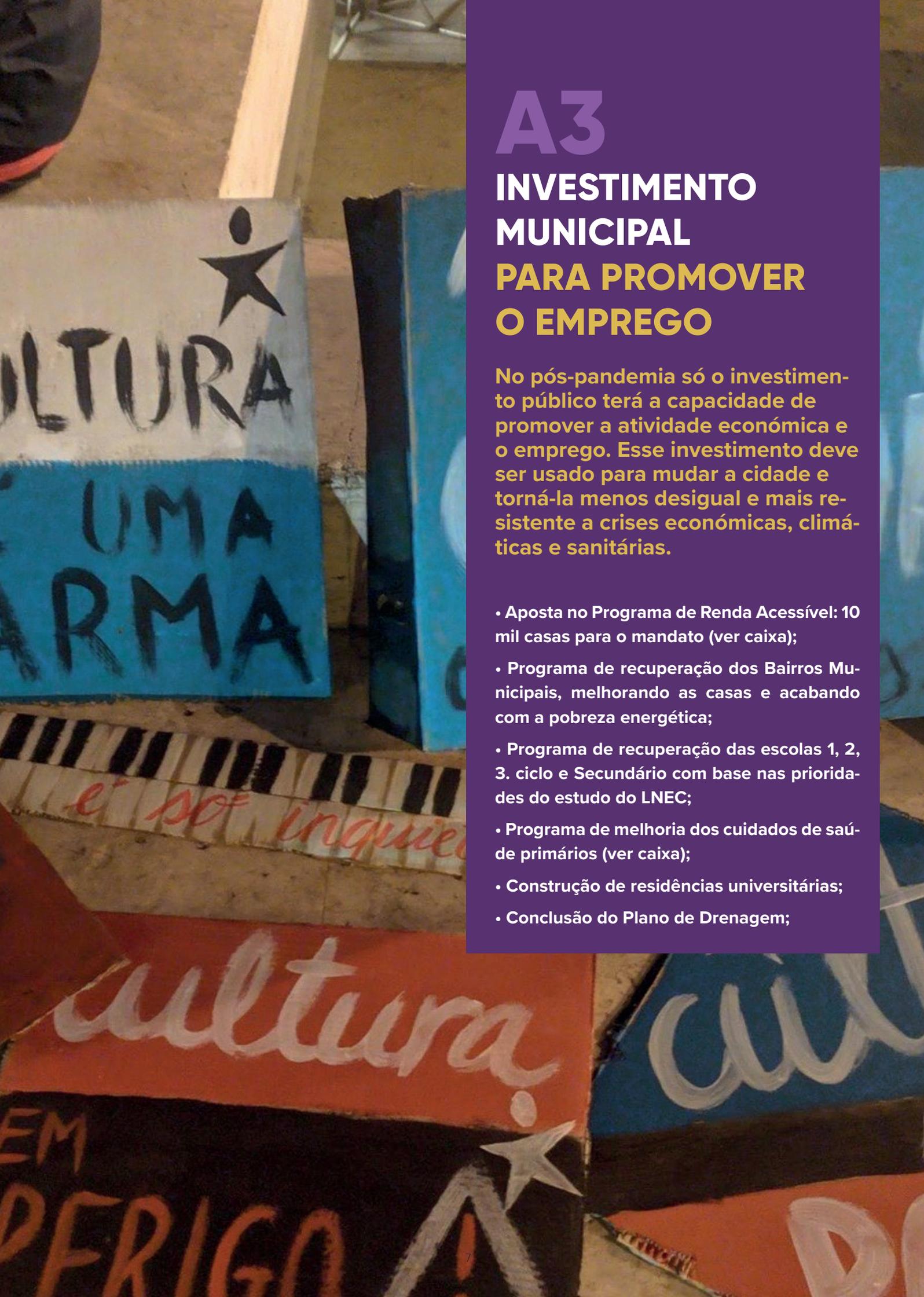
- Fundo de emergência social para as associações que já não têm como pagar as despesas fixas;
- Apoio aos pequenos negócios e restaurantes através do Lisboa Protege;
- Criação de um serviço de entregas municipal que possa servir os pequenos negócios, restauração e os mercados municipais;
- Isenção de rendas aos vendedores dos mercados municipais;
- Apoio aos promotores culturais e artistas que trabalham em Lisboa;
- Promover a diversificação das atividades económicas para criar resiliência: utilização da taxa turística para ajudar à reconversão profissional de desempregados do turismo;

A3

INVESTIMENTO MUNICIPAL PARA PROMOVER O EMPREGO

No pós-pandemia só o investimento público terá a capacidade de promover a atividade econômica e o emprego. Esse investimento deve ser usado para mudar a cidade e torná-la menos desigual e mais resistente a crises econômicas, climáticas e sanitárias.

- Aposta no Programa de Renda Acessível: 10 mil casas para o mandato (ver caixa);
- Programa de recuperação dos Bairros Municipais, melhorando as casas e acabando com a pobreza energética;
- Programa de recuperação das escolas 1, 2, 3. ciclo e Secundário com base nas prioridades do estudo do LNEC;
- Programa de melhoria dos cuidados de saúde primários (ver caixa);
- Construção de residências universitárias;
- Conclusão do Plano de Drenagem;





B HABITAÇÃO PARA TODA A GENTE

Lisboa vive uma situação de emergência habitacional. Décadas de ausência de políticas públicas de habitação criaram o contexto perfeito para que as leis da direita e da Troika tivessem um efeito devastador. O acesso a uma casa é um fator de empobrecimento uma vez que as pessoas têm de gastar grande parte do seu salário na casa e é um fator de exclusão já que o parque público de habitações em Lisboa é muito insuficiente para responder às pessoas e controlar os preços do mercado.

A Lei das Rendas de Assunção Cristas ajudou a criar este problema e desprotegeu os inquilinos mais idosos. Esta lei que provocou demasiados despejos foi recentemente elogiada pelo candidato da direita Carlos Moedas, apesar do Tribunal Constitucional ter considerado vários artigos inconstitucionais por desproteger as pessoas, que foram despejadas sem os seus direitos garantidos. Da mesma forma, os Vistos Gold e os benefícios fiscais para residentes não habituais fomentaram a especulação imobiliária e expulsaram mais novos e mais velhos da cidade.

Em Portugal, apenas 2% das casas são públicas, quando a média europeia é quase 5 vezes maior. Assim, a crise da habitação só se resolve com um parque habitacional público que permita controlar o mercado.

Se a Direita não tem proposta para a emergência habitacional, o PS não tem apresentado medidas

coerentes. Em Lisboa, Fernando Medina apostou no Programa Renda Acessível com Parcerias Público-Privada (PRA - PPP) e no Programa Renda Segura, para subarrendar casas a privados. Ambos os programas foram um falhanço e fomentam a especulação imobiliária que está na base da crise habitacional.

Em 2017, Fernando Medina dizia não saber o que era “turismo a mais” e, por isso, deixou os Alojamento Local (AL) sem regulação, criando bairros com mais de 40% de AL e fazendo subir os preços da habitação mais de 30% em toda a cidade. O descontrolo foi tão grande que Lisboa tem mais AL que Barcelona. Só com a eleição de um vereador do Bloco de Esquerda foi possível avançar com um Regulamento do Alojamento Local que criou áreas de contenção. Mesmo assim, e apesar da pandemia, o alojamento local não reduziu na cidade e há hoje outras zonas em que o AL ocupa 10% das habitações. É preciso regular ainda mais o AL, à semelhança do que fizeram outras cidades europeias. É necessário mudar o paradigma, ver a habitação como um direito e não como um mercado.

O Bloco de Esquerda foi o único partido que sempre votou contra o PRA - PPP e negociou com o PS o fim da venda de casas da CML com o Reabilita Primeiro Paga Depois e um Programa de Renda Acessível 100% Público. Este programa foi o único que atribuiu casas que as famílias podem pagar e é a grande aposta municipal para os próximos anos.

A reabilitação dos Bairros Municipais é a outra prioridade do mandato. Muitas das casas de renda controlada para as famílias com menos rendimentos



estão degradadas. Neste mandato, todo o parque de casas municipais tem de ser reabilitado, reduzindo a pobreza energética, combatendo as barreiras arquitetónicas e criando elevadores onde ainda não existem. Nos próximos 4 anos, a CML tem de reabilitar 11.500 casas municipais para que 40 mil pessoas possam passar a viver com dignidade.

PARA COMBATER A CRISE HABITACIONAL O BLOCO PRETENDE:

- Dinamização do Programa de Renda Acessível 100% Público para 10 mil casas nos próximos 4 anos;
- Fim do programa PRA - PPP e resgate das casas que seriam entregues aos privados;
- Reabilitação dos Bairros Municipais, com janelas duplas, remoção de barreiras arquitetónicas e instalação de elevadores;
- Subsídio de renda para as famílias em risco habitacional com o fim das moratórias Covid-19 (ver eixo A);
- Construção com as Universidades de 5000 vagas em residências universitárias;
- Regulação do Alojamento Local: máximo de 15 mil AL na cidade, novas áreas de contenção e fiscalização dos abusos;
- Fim dos Vistos Gold e benefícios fiscais para residentes não habituais em Lisboa;
- Exigência ao governo da reabilitação dos bairros do IHRU;
- Dinamização de cooperativas de habitação;
- Negociação com o governo para fim da Lei das Rendas do PSD/CDS;

10 MIL CASAS DE RENDA ACESSÍVEL PARA O MANDATO

Para combater a emergência habitacional e controlar os preços do mercado, a Câmara Municipal de Lisboa tem de ter 25 mil casas a preços acessíveis, ou seja, cuja renda não ultrapasse um terço do rendimento líquido da família. Esse deve ser o objetivo da década e, para o atingirmos, a CML tem de conseguir um parque de 10 mil casas a preços acessíveis no mandato 2021-2025, utilizando os fundos do PRR e os recursos da CML.

O Bloco de Esquerda apresenta um plano com quatro medidas para atingir esses valores de casas que as pessoas podem pagar:

1) Recuperar as casas perdidas do Programa de Renda Acessível - PPP: 1194 casas

No último mandato Fernando Medina apresentou 10 projetos de construção dentro do Programa Renda Acessível - PPP onde a CML vai entregar aos privados 2087 casas para preços especulativos. Esse erro não pode ser repetido, e essas casas devem ser resgatadas.

É ainda possível salvar algumas das concessões que não foram adjudicadas, recuperando 1194 casas para o programa de renda acessível 100% público.

2) Programa de Renda Acessível - 100% Público: 5500 casas

2.1) Construção própria pela CML: 3000 casas

Os estudos da CML indicam já a localização de vários sítios onde é possível edificar 2000 casas de renda acessível. Este tipo de construção já está a acontecer em algumas partes da cidade, como em Entrecampos.

A CML tem lotes de terreno em estudo em Campolide, S. Domingos de Benfica e Restelo para garantir

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

mais 1000 fogos com construção própria. O custo desta medida estima-se em 300 milhões de euros.

2.2) Utilização do património disperso da CML - 500 casas

Não existem dados oficiais sobre o património disperso da CML em Lisboa. É necessário criar uma equipa de missão que rapidamente identifique que imóveis estão em condições de serem reabilitados e postos ao serviço da habitação municipal. O custo desta medida estima-se em 17,5 milhões de euros.

2.2) Património do Estado Central: 2.550 casas

Há dezenas de edifícios que o Ministério das Infra-estruturas indica terem condições para habitação e para serem postos no mercado. Esta ação já ocorreu com a reabilitação dos prédios vazios da Segurança Social (PRA - PRESS).

A CML deve reabilitar alguns desses edifícios de forma a disponibilizar 2.550 para habitação a preços acessíveis. O custo desta medida estima-se nos 255 milhões de euros.

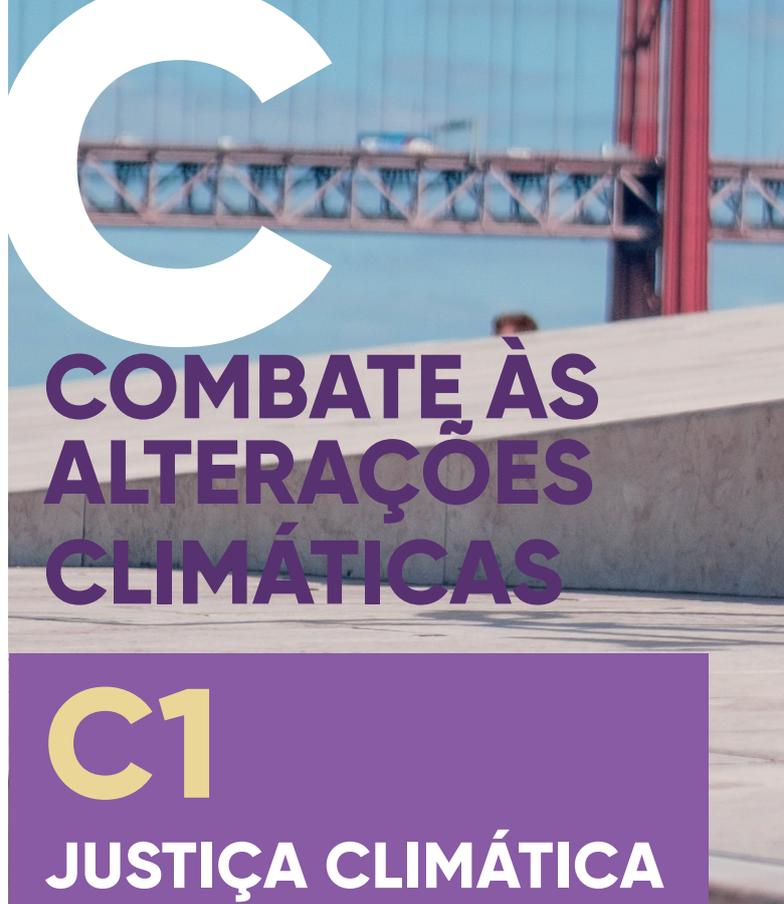
3) 25% de habitação pública nos grandes licenciamentos privados: 2.100 casas

Uma das formas mais eficazes para garantir habitação pública com rendas acessíveis é exigir esses fogos como contrapartida dos grandes empreendimentos privados. É assim que acontece em várias cidades europeias, pois permite ir criando uma cidade para todas as classes, capturar mais-valias milionárias e combater a especulação imobiliária.

Nas 24 freguesias de Lisboa houve grandes empreendimentos aprovados que apresentam preços de venda que ascendem aos 9mil €/m², vendidos a milhões de euros. Identificámos 16 grandes obras na cidade, que aplicando uma percentagem de 25% de habitação pública de renda acessível teremos 2100 casas para o programa de renda acessível.

4) Resgate das casas perdidas para o Alojamento Local: 900 casas

Há mais de 19 mil AL em Lisboa, quase tantas casas perdidas para o turismo como casas que faltam para acabar com a carência habitacional na cidade. A CML deve lançar um programa de compras para as zonas mais afetadas pelo AL tentando resgatar algumas casas que os proprietários queiram vender. Estima-se que cerca um programa de compra de habitação em bairros alvo possa devolver habitação em algumas áreas onde uma em cada quatro casas já era AL. O custo desta medida estima-se em 90 milhões de euros.



Cerca de metade das emissões de dióxido de carbono do planeta têm origem em áreas urbanas. Para sobrevivermos, teremos de mudar a forma como pensamos e vivemos as cidades. Poucas questões são tão fundamentais para a política climática como esta.

De acordo com as projeções dos cientistas, Lisboa terá características semelhantes a um deserto até 2100. Segundo dados da CML, haverá mais dias sem chuva, ondas de calor mais frequentes e uma subida da temperatura média anual entre 1°C a 4°C. É este o desafio a que temos de responder. Essa resposta deve revestir-se de políticas públicas focadas na justiça social e climática, no combate à pobreza energética, na sustentabilidade e na descarbonização da economia e na transição energética. É sabido que as alterações climáticas afetam mais os mais vulneráveis, que são menos poluidores e têm menos acesso a formas de mitigação dos impactes das alterações climáticas.

Precisamos de repensar as opções urbanísticas que obrigam a deslocações pendulares e ao congestionamento do tráfego. Habitar e trabalhar em Lisboa não pode estar apenas ao alcance de al-



guns. A verdadeira cidade de proximidade tem de ser inclusiva e acessível. Isto significará menos entradas de carros na cidade e a capacidade de ter zonas na cidade sem carros, medida que deve ser acompanhada de aumento de transportes públicos. Ao nível energético, importa garantir melhorias no conforto térmico nas habitações e equipamentos e mudança nas fontes de energia dos transportes e edifícios, com vista a promover um corte radical nas emissões de CO₂.

Não permitir expansão do Aeroporto de Lisboa e avançar para estudos para avaliar o seu impacto ambiental e na saúde das populações, é algo que nunca foi feito e é necessário por um verdadeira política de combate às alterações climáticas.

Adaptar a cidade às alterações climáticas, apostar na mobilidade, na transição energética e na alimentação justa e sustentável são medidas essenciais para a cidade.

MITIGAÇÃO DAS ONDAS DE CALOR:

- Utilização de vegetação nas coberturas dos edifícios: vegetação ajuda a diminuir a temperatura e fornecer habitat para diferentes espécies de plantas e animais;

- Utilização de cores claras em telhados e pavimentos;
- Expansão de árvores e plantas autóctones na cidade;
- Instalação de uma rede de bebedouros públicos;
- Expansão dos sistemas de aproveitamento de águas pluviais e residuais para rega das áreas verdes;

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E REDUÇÃO DE POLUIÇÃO

- Combater a pobreza energética: Garantir um mínimo de 60-90 kWh por mês (2/3 kWh por dia), nos meses mais frios e mais quentes (dezembro, janeiro, julho, agosto) às famílias mais vulneráveis economicamente;
- Criação da figura do comercializador municipal com eletricidade 100% gerada por energia renovável;
- Constituição do Município em Comunidade de Energia Renovável (CER) com produção solar descentralizada baseada no autoconsumo coletivo e partilhado;
- Distribuição dos excedentes de produção de diversos sistemas instalados em regime de auto-con-

sumo coletivo pelas famílias mais vulneráveis energeticamente;

- Um programa público de eficiência energética abrangendo habitação social e habitações das famílias economicamente mais vulneráveis;
- Serviços de reparações domésticas para intervenções de emergência em matéria de eficiência energética; (melhorias no isolamento, calafetagem, pequenas obras de carpintaria, etc.);
- Disponibilização de linhas de financiamento para projetos que aumentem a sustentabilidade energética;
- Instalação de sistemas de produção fotovoltaica em telhados e terrenos municipais;
- Garantir que o porto de Lisboa, em especial o terminal de cruzeiros, tem capacidade instalada para fornecer energia elétrica aos navios acostados;
- Não permitir a expansão do aeroporto de Lisboa e realizar estudo de impacto ambiental e saúde pública por organismos públicos independentes;

ALIMENTAÇÃO JUSTA E SUSTENTÁVEL

- Criação de uma estratégia municipal para a soberania e segurança alimentar e nutricional que inclua

uma Rede de Garantia do Direito à Alimentação;

- Reforço da rede municipal de hortas urbanas;
- Redução de resíduos: alargar a proposta de compostagem na cidade, aumentar a recolha para utilização no município e iniciar a recolha seletiva de resíduos orgânicos (via projeto-piloto);
- Promoção dos mercados e feiras municipais de produtores agrícolas - aquisição preferencial direta aos produtores ou intermediários com compra direta a produtores da AML;
- Abastecimento de cantinas escolares com produtos da Área Metropolitana de Lisboa, sazonais e de origem preferencialmente agroecológica e apoio a projetos de literacia alimentar nas Escolas;
- Fomentar grupos ou cooperativas de consumo agroecológico e de proximidade;
- Apoiar o comércio local e fomentar o uso de produtos agroecológicos e de proximidade na restauração local;
- Garantir que os bairros sociais e zonas mais vulneráveis têm acesso a produtos alimentares saudáveis a preços acessíveis.



TRANSPORTES E MOBILIDADE

O Bloco bateu-se por avanços feitos na área da mobilidade como a redução do passe social, o reforço da frota da Carris e a implementação de mais ciclovias e bicicletas. No entanto, muito ainda falta fazer. Todos os dias, circulam cerca de meio milhão de carros em Lisboa. Os condutores perdem, em média, 42 minutos por dia no trânsito, o que equivale a 160 horas por ano de tempo perdido dentro de um automóvel.

Segundo dados da CML, perdem-se perto de 28.810 horas por ano à procura de estacionamento à superfície. Dois terços das pessoas que trabalham em Lisboa não moram na cidade e 58,9% escolhem o carro como o seu principal modo de deslocação. Em 1990, havia 185 carros por cada 1.000 habitantes em Lisboa, atualmente são cerca de 500 veículos por cada 1.000 habitantes.

Desde 2017, com o acordo de Lisboa entre o Bloco e PS para a CML, os Passes Navegante tiveram uma redução histórica, a oferta de autocarros da Carris aumentou em 20%, foram contratados mais 430 motoristas, foram lançadas as Carreiras de Bairro e o passe Navegante e o transporte público passou a ser gratuito até aos 12 anos de idade.

Apesar de tudo isto, a Direita sempre votou contra estes avanços e apostou na privatização dos transportes públicos. Por outro lado, faltou coragem ao Partido Socialista ao adiar a redução de circulação de carros no centro de Lisboa. O problema é claro. Tudo isto significa ineficiência económica, perda de qualidade de vida, pior saúde e pior ambiente.



O Bloco de Esquerda vê a mobilidade da cidade com um espaço de inclusão, que combate as alterações climáticas, que respeita as pessoas idosas e dá ferramentas aos mais jovens para viverem a sua cidade.

INVESTIR NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

TRANSPORTES PÚBLICOS GRATUITOS:

FASE 1 - 2021: pessoas desempregadas e nas carreiras de bairro da Carris;

FASE 2 - 2022: avanço da gratuitidade para jovens até aos 18 anos, estudantes até ao ensino superior e pessoas com mais de 65 anos;

FASE 3: avanço da gratuidade universal de transportes públicos a par de negociação com o governo para expansão da capacidade dos transportes públicos

- Unificação da Carris, EMEL e Giras numa única Empresa Municipal de Mobilidade;
- Expansão da rede de metropolitano para a zona ocidental e Loures, avaliando o cenário alternativo da extensão da linha amarela até Alcântara (via Estrela, Infante Santo e Alcântara-Mar / Interface com Linha de Cascais);
- Cumprimento do aprovado, sem votos contra, na Assembleia da República em 2019: cancelamento da opção da Linha Circular;
- Avanço da Linha de Cintura para ligar Cascais ao centro de Lisboa em 20 minutos, mantendo a ligação Cascais-Cais do Sodré;
- **Concretização da ligação entre Algés e Sacavém através de Elétrico rápido;**
- Expansão de corredores exclusivos para transpor-

tes públicos com o objetivo de duplicar a velocidade de circulação de transportes públicos;

- Expansão das linhas de autocarro noturnos da Carris, sobretudo para as zonas periféricas;
- **Criação do Programa “Carris em 5 minutos” para que, em média, no espaço de 5 minutos exista oferta de transporte frequente em toda a cidade;**
- Implementação de uma rede de transportes escolares para todo o sistema escolar público;
- Carreiras de bairro articuladas com percursos e horários escolares;

MOBILIDADE ACESSÍVEL E INCLUSIVA

- Os transportes públicos de Lisboa devem ser espaço livre de discriminações raciais, de género ou orientação sexual. A Carris e o Metro devem promover políticas de sensibilização e medidas ativas nesse sentido;
- Paragens de transportes públicos com iluminação pública e visibilidade para que seja um espaço seguro;
- Acesso de entrada e saída de autocarro Carris que permita a saída e entrada autónoma e independente de pessoas em cadeira de rodas;
- Máquinas de compra de bilhetes de transporte público adaptadas e em locais acessíveis para que pessoas utilizadoras de cadeira de rodas ou outros problemas de mobilidade possa adquirir com facilidade os títulos de transporte;
- Aumento de espaços no autocarro para a presença de duas cadeiras de rodas no veículo;
- Formação contínua e regular aos motoristas sobre procedimentos a adotar para passageiros com necessidades especiais;
- Implementação de tecnologias que permitam maior acessibilidade aos transportes públicos e mobilidade ativa a pessoas com deficiência visual

MOBILIDADE ATIVA

- **Criação de plano de segurança rodoviária para objetivo de ZERO atropelamentos na cidade;**
- Aumento de tempos de passagem dos sinais de trânsito para peões;
- Aumento de passeios de piso confortável e anti quedas, com nivelamento seguro, com cobertura arbórea, chafarizes e casas de banho públicas;
- **Expansão da rede de ciclovias e bicicletas GIRA a todos os bairros da cidade,** usando materiais recicláveis e **com** aproveitamento de águas das chuvas;
- **Criação da rede GIRA Área Metropolitana;**
- **Acesso à rede de bicicletas GIRA sem custos adicionais para titulares do passe Navegante;**
- Aumento da oferta de estacionamento para bicicletas, “parques de estacionamento seguros”, especialmente junto dos polos universitários;
- Criação do balcão do ciclista com serviço de apoio aos ciclistas na cidade de Lisboa, envolvendo as associações de utilizadores de bicicleta;
- Campanhas regulares de sensibilização para o respeito ao ciclista dirigidas a condutores de transportes públicos, táxis, TVDE e automobilistas.
- Colocação de microciclofincinas de forma descentralizada em todas as freguesias;
- Sensibilização dos alunos para o uso de transportes públicos e meios de locomoção saudáveis e sustentáveis nas escolas;
- Programa de ensino de condução de bicicleta em todas as escolas até ao 9º ano de escolaridade;
- Possibilidade de uso do sistema de pontos de utilização GIRA em equipamentos culturais da EGEAC;
- Criação de um fórum de participação pública formal, regular e transparente sobre a segurança dos modos ativos de mobilidade;

MAIS CIDADE, MENOS AUTOMÓVEL

- **Avanço da Zona de Emissões Reduzidas (ZER) de poluição na Avenida da Liberdade, Baixa, Chiado e Av.^a Ribeira das Naus, numa área total de 150 hectares, onde apenas veículos prioritários e de residentes podem circular ainda em 2021;**
- Expansão da ZER para outras zonas da cidade, com participação pública;
- **Criação de um plano de contingência, a ser ativado aquando da ocorrência de elevadas concentrações de poluentes que ponham em causa a saúde pública com:**
 - **proibição de circulação e estacionamento automóvel em determinadas zonas;**
 - **oferta de transporte público gratuito;**
 - **redução obrigatória de velocidade.**
- Até final de 2022, as zonas envolventes às ZER definidas devem ter um plano de reforço de transportes públicos de energia limpa, garantindo a presença de uma ciclovia e corredor BUS;
- Reduzir gradualmente os lugares de estacionamento em rua das ZER e substituí-los por espaços verdes, locais públicos para projetos comunitários ou reservado ao comércio local;
- Construção de parques de estacionamento dissuasores nos limites dos concelhos limítrofes de Lisboa com ligação a transportes públicos, recorrendo a parcerias entre Municípios;
- Nova estratégia de parques na cidade que respondam às necessidades dos moradores e permitam a não utilização diária do carro;
- **Criação e implementação de um plano de mobilidade para as empresas com mais de 100 trabalhadores para incentivar a troca do automóvel por meios de mobilidade ativa e transportes públicos;**

D **CÂMARA MUNICIPAL: MAIS E MELHOR SERVIÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE**

A crise pandémica veio colocar desafios inéditos às nossas comunidades, desafios que necessitam de uma resposta também ela inédita. Para a crise das nossas vidas só um forte investimento público é capaz de dar uma resposta inclusiva, universal e criadora de coesão democrática.

A Câmara Municipal de Lisboa deve caminhar no sentido de depender menos de recorrer a outras entidades e ter mais capacidade de intervenção e ação direta e autónoma, não deixando de apoiar e respeitar o trabalho feito por muitas das organizações não governamentais da cidade.

O direito à cidade foi colocado em teste com a pandemia. Todos os problemas de fruição do espaço público, de participação e transparência pré-existentes foram evidenciados e ficou claro que, mais do que possível, é urgente pensar o direito à cidade de outra forma. A cidade do planeamento avulso ou da informação dispersa, opaca ou confusa, tornam uma cidade menos coesa e que afasta os mais vulneráveis da decisão e participação. A diminuição de espaço público com diversidade empurra a cidade para uma visão de parque de diversões vazio, sem gente e sem alma.

Sabemos o que é preciso para Lisboa proteger os mais vulneráveis e ser uma cidade de plenos direitos. O Bloco de Esquerda candidata-se com propostas concretas para mudar a vida das pessoas.

D1

CIDADE SAUDÁVEL

Os municípios têm a capacidade de intervir diretamente em muitas das áreas que mais influenciam o estado de saúde das suas populações. A promoção da saúde e qualidade de vida deve ser um dos principais objetivos de uma câmara municipal, articulando ações com o SNS e sendo o principal mobilizador para a resolução de questões dos territórios que ultrapassem as suas competências. Para além da resposta a que a pandemia obriga, e nos avisa para situações futuras, Lisboa tem de resolver problemas estruturais que já estavam presentes antes. Essa resposta deve ir para além do caráter sanitário e promover a proximidade, com especial atenção aos mais vulneráveis, eliminando desigualdades em saúde e concretizando esse direito para todos e todas.

O Bloco, em 4 anos de Vereação com a área dos direitos sociais, conseguiu avançar com medidas importantes tal como a abertura das primeiras salas de consumo assistido do país, a implementação de um programa municipal de saúde mental ou o lançamento de um balcão de acesso ao SNS para migrantes. O princípio foi sempre o mesmo: intervir em saúde olhando ao contexto social e atuando sobre as condições de vida das pessoas, articulando sempre todas as ações com o SNS.

Para os próximos 4 anos, o Bloco propõe-se a expandir a transformação em curso e sedimentar as bases de mais igualdade em saúde na cidade com proposta para intervenções estratégicas nas áreas mais carenciadas de suporte em saúde, em especial para quem tem menos acesso à saúde e quem é mais vulnerável.

PREVENÇÃO E AÇÃO CONTRA DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

- Criação de um plano de contingência municipal de atuação para doenças altamente infecciosas (pandemias e epidemias) com definição, de forma anual, de um Conselho de Peritos e de responsáveis pela resposta a dar às populações;
- Criação de equipas multidisciplinares que garantam o acesso a testes e vacinação de pessoas vulneráveis, com ou sem documentos, e que disponibilizam informação sobre saúde e aproximem o sistema de saúde a estas populações;
- Responder ao VIH recorrendo a estratégias de informação, rastreio, promoção do acesso à PrEP e ações antidiscriminação;
- Plano de ação para a redução de doenças transmissíveis em articulação com o SNS, com especial atenção à tuberculose;

MAIS PREVENÇÃO, MAIS SAÚDE

SAÚDE ORAL

- **Apoio municipal para a criação de Centros de Saúde Oral gratuitos por parte do SNS;**
- Desenvolver programas de Saúde Oral nas escolas em parceria com a saúde escolar dos centros de saúde e programas comunitários;

SAÚDE MENTAL

- Expansão do programa municipal de Saúde Mental;

D1 CIDADE SAUDÁVEL

- **Apoio à criação de estruturas comunitárias de Saúde Mental**, com especial atenção à área da infância e adolescência;
- Criação de um programa de saúde mental específico para meio escolar do 1º ano à Universidade;
- Apoio a programas de Saúde Mental dirigidos aos profissionais de saúde da cidade;
- Criação de “técnicos de apoio individual” para pessoas com doença mental em articulação com o SNS;

MELHOR LITERACIA, MAIS SAÚDE

- Apoiar programas de Saúde sexual e reprodutiva de proximidade em escolas e universidades;
- Combate à pobreza menstrual através da disponibilização de produtos de higiene menstrual nas escolas de 2.º, 3.º ciclo e secundário, em articulação com as comunidades escolares e em contexto de educação sexual;
- Campanhas para o aumento da literacia em saúde e literacia de acesso ao SNS, com sessões descentralizadas e comunitárias;

MONITORIZAR A SAÚDE NA CIDADE

- Criação do Observatório da Saúde em Lisboa para monitorização multidisciplinar do estado de saúde e qualidade de vida da cidade;
- Desenvolvimento de diagnósticos do estado de saúde e qualidade de vida das populações em articulação com o SNS
- Apoio à investigação em saúde por parte de Universidades Públicas, facilitando o acesso a dados e indicadores da autarquia;

MELHORAR A ESTRUTURA DE SAÚDE DA CIDADE

- **Criação de um programa de construção de equipamentos de cuidados continuados financiado pela CML para entrega de gestão ao SNS e Segurança Social;**

- Assegurar o avanço da construção do novo Centro Hospitalar Lisboa Oriental, mantendo os restantes Hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Central na gestão pública e no apoio social e de saúde;

REDUZIR A DESIGUALDADE EM SAÚDE

- Apoiar a fixação de médicos de família e enfermeiros nos serviços do SNS da cidade;
- Desenvolver programas que garantam ligação aos cuidados de saúde de migrantes, ex reclusos, pessoas em saída de internamentos, pessoas em situação de sem abrigo e trabalhadores/as do sexo;
- Criação de um programa municipal de apoio aos cuidadores informais principais e secundários com orçamento definido segundo as necessidades de diagnóstico municipal;
- Criação de balcões SNS24 para apoio ao acesso ao SNS na marcação de consultas digitalmente e/ou presencialmente e de apoio na obtenção da renovação de medicação crónica em cada freguesia;
- Alargamento de respostas de consumo vigiado na cidade, de acordo com diagnóstico de necessidades das entidades responsáveis do Estado Central;
- Implementar estratégias de redução de riscos no consumo do álcool, incluindo a abertura de um centro de acolhimento dedicada a pessoas com problemas ligados ao álcool, e identificação de consumos de risco/dependência e encaminhamento célere para estruturas de tratamento.

MAIS SAÚDE, MENOS DISCRIMINAÇÃO

- Campanha articulada com o SNS para combater a discriminação em contexto de acesso à saúde
- Expandir o Balcão de acesso ao sns migrantes a outras zonas da cidade;
- Formação e colocação de mediadoras/es socioculturais para a área da saúde em hospitais e centros de saúde;
- Apoio à contratação de intérpretes surdos para colocação em serviços de saúde;

D2

EDUCAÇÃO GRATUITA E DE QUALIDADE DA CRECHE AO ENSINO SUPERIOR

A assimetria social de Lisboa tem na educação um dos seus exemplos mais paradigmáticos. O estado de conservação do seu parque escolar, localização dos equipamentos e respetivos resultados académicos está associado ao contexto socioeconómico da área envolvente.

As zonas privilegiadas da cidade são aquelas que apresentam maior sucesso. Por outro lado, as escolas situadas em territórios desfavorecidos, com altas taxas de ação social escolar e famílias com baixa escolaridade têm tendencialmente piores resultados académicos. A pandemia veio agravar estas realidades pré-existentes.

Os números são claros: nas escolas públicas da capital, 11,5% dos alunos são retidos logo a partir do 2º ano. Esta taxa é de 15% no 2º ciclo e desce ligeiramente, para 13,5%, no 3º ciclo. Também neste indicador Lisboa é exemplo pelos piores motivos: a taxa de retenção nacional, em 2020, no 2º ano é de 6%, 5,5% no 2.º ciclo, e 7,7% no 3.º Ciclo.

Passados 4 anos com a Vereação da Educação, o Bloco conseguiu garantir manuais escolares gratuitos, mudar o paradigma das refeições escolares e inverter o estado infraestrutural das escolas, fazendo inclusive obras após relatório independente do LNEC, seguindo um princípio de transparência e atuação conforme a evidência das necessidades.

D2 EDUCAÇÃO GRATUITA E DE QUALIDADE DA CRECHE AO ENSINO SUPERIOR

Hoje, o desafio do Bloco mantém-se: combater as desigualdades em todas as suas vertentes e contribuir para a criação de uma cidade que valoriza a educação e promove uma escola inclusiva e geradora de cidadania com capacidade crítica e cívica, preparados para serem elementos ativos na transformação de uma sociedade que se deseja mais justa, igualitária e sustentável.

UMA ESCOLA SOLIDÁRIA, COESA E INCLUSIVA

- Negociar com o Governo, até ao final do mandato, a criação de uma rede pública de creches, através da alteração da Lei de Bases do sistema educativo;
- Rede de cobertura de creches públicas com um limiar mínimo de 50% em todas as freguesias da cidade e de uma cobertura municipal de no mínimo 85%;
- Combate à segregação escolar, em particular das escolas guetizadas, com a criação de uma única zona de influência para cada agrupamento de escolas;
- Campanhas de prevenção da violência doméstica e no namoro nas escolas EB23 e Secundárias, bem como em torno de questões como o racismo, a discriminação LGBTI+ ou a crise climática;
- Aposta na democratização da vida escolar, promovendo a participação ativa das comunidades educativas em projetos promovidos pela CML;
- Reforço das equipas dos centros de de apoio à aprendizagem com psicólogos, assistentes sociais, mediadores e terapeutas;
- Contratação e formação de auxiliares de ação educativa destinados ao acompanhamento de alunos com medidas seletivas e adicionais;
- Promoção de recreios inclusivos com espaços diferenciados de fruição, como brincadeiras de chão, espaços de leitura e lazer ao ar livre, brinquedos adaptados às diversas idades e diversidades funcionais, espaços verdes como canteiros e hortas, entre outros, complementares ao campo de jogos;
- Implementação de uma rede de Escolas de Segunda Oportunidade;

- Criação de salas de estudo da CML abertas 24 horas para o ensino universitário;

UMA ESCOLA DE MÃOS DADAS COM A COMUNIDADE ESCOLAR

- Alimentação gratuita universal para todos os alunos da Escola Pública, até ao final do mandato;
- Fornecimento gratuito de materiais de apoio ao estudo (cadernos de atividades) do 1º ao 12º ano;
- Fornecimento gratuito de material técnico de aquisição obrigatória, como calculadoras gráficas, aos alunos de 10º ano;
- Alargamento da plataforma digital + Sucesso Escolar, de acesso Universal aos alunos do 1º ciclo da escola pública, a todos os anos de escolaridade;
- Criação de ATLS para o 2º Ciclo, através de parcerias estabelecidas entre o Município e entidades locais, tais como Juntas de Freguesia, Associações de Bairro, entre outros;
- Criação de programas de férias inclusivos, para todos os alunos até ao 6.º ano, aproveitando os recursos educativos municipais;
- Parcerias com associações para ensino da língua portuguesa direcionado aos alunos de PLNM (Português Língua não Materna);
- Um programa de educação de adultos focado nas famílias de crianças e jovens estudantes;
- Contratação pelas necessidades reais e sem contratos precários de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos;
- Formação contínua de Assistentes Operacionais e Técnicos nas suas áreas de intervenção;
- Dotação de ferramentas de ensino aos professores, como microfones e colunas para uso em sala de aula e câmaras e colunas para ensino à distância;
- Formação de professores em diversas áreas tais como ferramentas de ensino à distância, resolução de conflitos, entre outros;
- Medidas de apoio ao arrendamento a professores deslocados da sua zona de residência;



D3

PESSOAS IDOSAS

Em Lisboa vivem 143.725 pessoas idosas. Representam cerca de um quarto da população. Destas, aproximadamente 85 mil vivem sozinhas ou acompanhadas de outra pessoa do mesmo escalão etário e são predominantemente mulheres.

É uma população que na sua grande maioria vive com escassos recursos económicos, em casas onde o conforto escasseia, a acessibilidade, muitas vezes é inexistente, uma população que perdeu autonomia, está fisicamente comprometida e doente e com acesso limitado a cuidados de saúde, psicologicamente a necessitar de apoio e acompanhamento.

Nos últimos 4 anos a Vereação do Bloco em Lisboa lançou, em parceria com várias entidades da cidade, a identificação de 30.000 pessoas idosas em isolamento. Durante a pandemia este trabalho foi crucial para dar resposta a estas pessoas. No entanto, sabemos que muito falta fazer e são necessárias medidas estruturais de políticas públicas nesta área. Queremos uma cidade que dá apoio e conforto aos nossos idosos e que dá voz às suas expectativas

D3 PESSOAS IDOSAS

LISBOA CIDADE CUIDADORA

- Lançamento de uma Rede Pública de Lares - Construção ou cedência de terrenos para construção de equipamentos de apoio aos idosos como lares, centros de dia e noite para entrega de gestão tripartida entre a CML, o SNS e a Segurança Social;
- Reforço do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre a CML, o SNS e a Segurança Social;
- Expansão e atualização do programa de teleassistência municipal para um serviço universal, gratuito e com apoio domiciliário associado com gestão tripartida entre a CML, SNS e Segurança Social;
- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores em todas as freguesias aproveitando a existência das lojas do cidadãos descentralizadas para acesso a serviços públicos e apoio personalizado;
- Replicar a metodologia usada na testagem e vacinação da COVID-19 e ter uma estrutura multidisciplinar fixa e especializada de apoio às pessoas idosas com intervenção ágil e premente na cidade;

APOIO À AUTONOMIA

- Apoio municipal com reconversão de prédios inativos ou desocupados para criação de estruturas de apoio residencial autónoma onde se partilham serviços de forma comunitária (limpeza, tratamento de roupas, fornecimento de refeições, entre outros);

- Acabar com o isolamento por motivos arquitetónicos dos edifícios municipais até 2025 com programa de adaptação de todos os edifícios municipais habitacionais ou institucionais e criar linha de financiamento para adaptação de edifícios particulares;
- Expansão do programa de obras de adaptação domiciliárias;
- Programa Municipal de pequenas reparações domésticas, com articulação com as Juntas de Freguesia, para abranger toda a cidade;
- Programas municipais que fomentem redes de solidariedade e partilha intergeracional;

UMA CIDADE COM DIGNIDADE E DIREITOS

- **Lançamento do objetivo “ZERO lares ilegais em Lisboa” com apoio e incentivo à fiscalização rigorosa dos lares, centro dia e serviços de apoio domiciliário por parte da segurança social, com apoio municipal que permita uma intervenção corretiva imediata;**
- Reforço no apoio ao associativismo social ou cultural;
- Criação do fórum municipal das pessoas idosas com sessões durante todo o ano de forma descentralizada em todas as freguesias, dando origem a carta compromisso das expectativas das pessoas idosas para a sua cidade e prestação de contas do município.



D4

POR UMA LISBOA COM MAIS ESPAÇO PÚBLICO, TRANSPARENTE E PARTICIPADA

Fruto dos ataques dos interesses económicos especulativos e predatórios, Lisboa tem visto o seu espaço público e comum ser desmantelado para a conveniência de alguns. A discussão e participação pública têm vencido várias batalhas importantes, de luta por espaço público, como é exemplo o caso do Martim Moniz e da Torre da Portugália. A luta por espaço público de qualidade e diverso é uma batalha feita rua a rua contra os grandes interesses económicos.

2022 será o ano de revisão da Carta Estratégica e do Plano Diretor Municipal (PDM). Ultimamente a maioria PS na CML tem vindo a aprovar a colocação de edifícios históricos que constam da Carta Municipal do Património do PDM para serem transformados em apartamentos turísticos, alimentando interesses imobiliários privados.

O PDM é um documento que deve consagrar as escolhas fundamentais para a definição da cidade. Infelizmente, algumas das escolhas mais importantes e urgentes para a cidade, no plano do urbanis-

mo, da mobilidade ou do ambiente, ou não constam do PDM, ou são sistematicamente contornadas por decisões de exceção, mais ou menos arbitrárias, tomadas mais ou menos à pressa. Defender uma cidade planeada é defender que as escolhas da democracia não são pervertidas por interesses, mais ou menos obscuros. A concretização desse objetivo exige a revisão do PDM atual, que, infelizmente, se encontra longe de consagrar algumas das políticas mais urgentes para a cidade.

Com o plano de recuperação e resiliência da União Europeia, os municípios terão em mãos vastos recursos financeiros. A história recente mostrou que a falta de transparência levou ao desperdício e uso criminoso de recursos comuns e públicos. Lisboa deve ser o exemplo de transparência nos processos que envolvam financiamentos públicos próprios e externos, indo além do exigido por lei na sua publicidade e divulgação.

Por isto, é necessário assumir a defesa dos espaços públicos para todas e todos, onde se possa estar livremente, e não consoante a vontade e capacidade de consumo, excludente e estéril. Defender a democracia na cidade passa por defender uma cidade planeada, com participação pública e que recusa a pressão dos milhões que prometem soluções fáceis, mas que privatizam os espaços comuns.

D4 POR UMA LISBOA COM MAIS ESPAÇO PÚBLICO, TRANSPARENTE E PARTICIPADA

LISBOA PRECISA DE UM NOVO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), visando uma maior disciplina urbanística e do uso do solo e uma maior proteção do património cultural e ambiental;
- A abertura de procedimento de alteração simplificada do PDM com vista ao alargamento da lista de bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis;
- Iniciar a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, ou outros adequados ao mesmo fim, tendo em vista a efetivação do ponto anterior, com a fixação de um mapa de quotas;
- Percentagem mínima de 25% do edificado, nas novas construções ou operações de reabilitação, destinada a habitação para a renda acessível pela alteração dos instrumentos de gestão territorial (ver também ponto sobre habitação);
- Limite ao número de hotéis em Lisboa;

ESPAÇO PÚBLICO: CORAÇÃO DA CIDADE

- Alargamento do espaço público para usufruto de todas as pessoas, tendo como referência o alargamento deste em pelo menos 5 hectares em todas as freguesias da cidade;
- Promoção de jardins comestíveis, campos de jogos e parques infantis, estimulando outras formas de socialização e atividade física fora do mercado e da atomização social;
- Garantia da livre utilização de espaço público, recusando gestão concessionada e, portanto, dependentes de consumo, de espaços que são públicos e comuns;
- Nos espaços de consumo em locais públicos, a CML deve garantir preferencialmente a gestão direta e transparente dos espaços ou, no caso excepcional de concessões, exigir o cumprimento de

critérios laborais de referência, de qualidade do serviço prestado e de limitação dos preços praticados;

- Internet Grátis em toda a cidade com a instalação de pontos WIFI em zonas estratégicas da cidade para garantir uma cobertura equitativa, tanto em quantidade como em qualidade
- Plano de ação municipal para concretizar a convenção da Deficiência em todas as áreas de competência da Câmara Municipal de Lisboa;

MAIS CONFIANÇA, MAIS PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

- Criação de um portal no site da CML com publicitação de verbas de financiamento europeu, com especificação dos projetos onde este dinheiro é utilizado;
- Reforço da auscultação pública para projetos em espaço público com publicitação de resultados;
- Criação de fóruns temáticos sobre a cidade de participação pública, com preparação e acompanhamento prévio que envolva a população;
- Cumprimento rigoroso do município da legislação de proteção de dados dos cidadãos;
- Promoção do direito de reunião e de manifestação, nos termos da Constituição, garantido a nacionais e estrangeiros, com mera notificação à PSP para regulação da via pública, e salvaguarda da privacidade dos organizadores destas iniciativas ;
- Equivalência a reuniões e manifestações de festas e convívios legais, promovidos por nacionais e estrangeiros;
- Presença de um intérprete de LGP em todas as comunicações da Câmara Municipal de Lisboa;



E

LISBOA DE TODOS OS DIREITOS

Lisboa tem a capacidade de dar o exemplo na conquista de direitos para todo o país. As pessoas com deficiência têm de ver a igualdade dos seus direitos cumprida para real promoção da cidadania plena e independente.

O racismo e a xenofobia não podem ter lugar na cidade de Lisboa. Para termos uma cidade antirracista, são necessárias políticas públicas que concretizem os direitos humanos. Os direitos das pessoas LGBTQ+ devem também continuar os avanços dos últimos 4 anos de vereação.

As populações das comunidades racializadas, sobretudo negras e ciganas, estão segregadas dos centros urbanos. Em Portugal, o local onde a diversidade étnicorracial e de nacionalidade é mais evidente, e maior, é na cidade de Lisboa. Não raras vezes a violentos processos de despejo e demolição das suas casas e à criminalização dos territórios que habitam, estigmatizados como “bairros problemáticos” e sujeitos a uma apertada vigilância e repressão policial. Em Lisboa, estes bairros que guetizam e amplificam são uma realidade que impacta a saúde, educação e a garantia de uma plena cidadania.

E1

COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO RACIAL

As populações das comunidades racializadas, sobretudo negras e ciganas, estão segregadas dos centros urbanos. Em Portugal, o local onde a diversidade étnicorracial e de nacionalidade é mais evidente, e maior, é na cidade de Lisboa.

Não raras vezes, estas comunidades estão sujeitas a violentos processos de despejo e à criminalização dos territórios que habitam, sendo estigmatizados como “bairros problemáticos” e sujeitos a uma apertada vigilância e repressão policial. Em Lisboa, estes bairros que guetizam e amplificam são uma realidade que impacta a Saúde, educação e a garantia de uma plena cidadania.

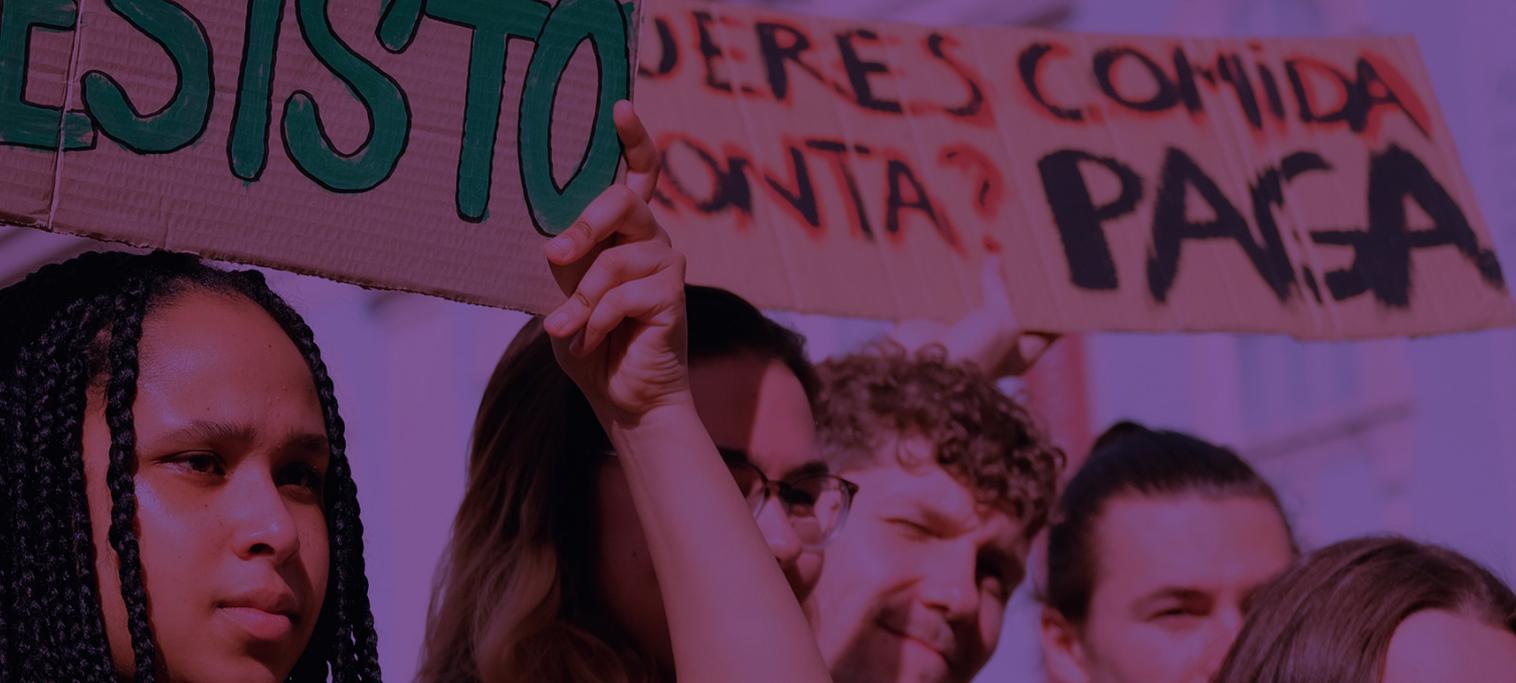
Um grande número de pessoas que vivem ou trabalham em Lisboa são afetadas, de uma forma direta, por manifestações de racismo e discriminação com base nas características étnicorraciais ou nacionalidade. Esta realidade foi exposta e ampliada pela crise social e económica provocada pela pandemia de covid-19. As pessoas racializadas foram desproporcionalmente afetadas pelo desemprego, pela perda de rendimentos e de direitos de trabalho.

Alterar esta realidade implica mudanças profundas. Alterar o paradigma e promover a superação do racismo estrutural é um imperativo de um projeto socialista do século XXI. É, pois, necessário delinear uma estratégia abrangente, informada e transversal, que deverá apoiar-se num conhecimento aprofundado do racismo, em todas as suas dimensões, e pro-

mover um processo participado pelas pessoas racializadas e organizações representativas, para que sejam reconhecidas como sujeitos incontornáveis da transformação das suas próprias condições de vida.

Para combater o racismo e a discriminação racial o Bloco de Esquerda propõe:

- **Criação no executivo municipal de uma área de governo exclusivamente destinada às questões da igualdade e cidadania, com atribuições no combate a todas as discriminações;**
- Elaboração e implementação de um Plano Municipal de Combate ao Racismo, em articulação com organizações antirracistas e representativas de comunidades racializadas;
- Criação de um serviço municipal para informação, atendimento e apoio jurídico e psicossocial a pessoas visadas por discriminação racial, incluindo para receção e encaminhamento de queixas;
- **Constituição de um Observatório Municipal de Combate ao Racismo e à Xenofobia, para realização de estudos e recolha, análise e difusão de informação sobre racismo, discriminação racial e xenofobia;**
- Implementação de uma campanha de promoção da igualdade e combate à discriminação étnico-racial no município;
- Criação de um programa de formação antirracista para trabalhadoras/es municipais, profissionais



de saúde e técnicas/os sociais, entre outras/os, em parceria com organizações antirracistas;

- Criação de Gabinetes de Inserção Profissional nos bairros municipais, como estrutura de apoio ao emprego em territórios economicamente desfavorecidos com forte presença de comunidades racializadas;

- Implementação, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Código de Trabalho, de mecanismos de ação positiva para contratação pela CML de pessoas racializadas, em todas as categorias profissionais, de modo a aumentar a diversidade nos serviços do Município;

- **Contratação de mediadoras/es interculturais, oriundas/os das comunidades racializadas mais representadas localmente, para serviços e entidades do município, nomeadamente escolas, unidades de saúde e serviços sociais;**

- Fim dos despejos em casas municipais sem a garantia de uma alternativa de habitação digna, nomeadamente em territórios com forte presença de pessoas e comunidades africanas, afrodescendentes e ciganas;

- Criação de medidas, para eliminar a discriminação no acesso à habitação em Lisboa;

- Alocação do financiamento afeto aos Contratos Locais de Segurança, em vigor em bairros com forte presença de comunidades racializadas, a programas que tenham em vista a redução da vulnerabilidade social, a promoção da empregabilidade e o combate à discriminação racial, abandonando o pa-

radigma de intervenção assente na criminalização dos bairros;

- Prevenção e combate a práticas de perfilamento racial e de violência policial sobre pessoas racializadas ocorridas no território do município;

- Implementação de programas de formação para estudantes, docentes e outros agentes educativos para promoção da igualdade racial e valorização da história, línguas e culturas das comunidades migrantes e racializadas mais representadas, nomeadamente afrodescendentes e roma/ciganas;

- Apoio municipal a organizações antirracistas e representativas das comunidades racializadas;

- Desenvolvimento de um processo participado de revisão crítica das políticas de memória da cidade, através da criação e apoio a equipamentos e programas culturais que promovam uma visão de(s) colonial da História e da cultura e incluam perspectivas e contributos de comunidades historicamente discriminadas e da recontextualização histórica dos equipamentos e lugares de memória existentes;

- Promoção de ações no âmbito de datas comemorativas e outras iniciativas relacionadas com o racismo ou com comunidades discriminadas, como o Dia Nacional e Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, a Década Internacional de Afrodescendentes e os Dias Nacional e Internacional das Pessoas Roma/Ciganas.

E2

LISBOA FEMINISTA QUE COMBATE O ASSÉDIO E A VIOLÊNCIA

Conscientes de que a nossa sociedade é ainda tão marcada pelos estereótipos dos papéis de género, pelo sexismo e pela discriminação, uma condição tantas vezes acentuada pelo desemprego, pela precariedade laboral, pela pobreza e exclusão social, a luta pela participação e visibilidade de todas as pessoas marginalizadas é definidora da proposta do Bloco.

Temos de aprofundar o processo iniciado com o mandato do Bloco de Esquerda em Lisboa. Fizemos aprovar três planos municipais: I Plano Municipal para a Igualdade; I Plano Municipal para as pessoas LGBTI+; II Plano Municipal para a Prevenção e Combate contra a Violência Doméstica e de Género.

Sendo a desigualdade transversal na nossa sociedade, aprofundar esse caminho significa a construção partilhada daquela que deve ser uma intervenção feminista local e de proximidade:

- Campanhas de sensibilização permanentes para manter visível e presente a mensagem de repúdio às violências de género;
- Espaços noturnos seguros e sem opressão sexista: formação aos profissionais de espaços noturnos sobre assédio, estabelecer um protocolo de denúncia simples em estreita articulação com forças de

segurança, e reconhecer os locais que investem em tornar os seus espaços seguros para todos e todas com o Selo Espaço Livre de Assédio;

- Distribuição gratuita de produtos de recolha menstrual nas escolas, centros de saúde e em todos os edifícios e espaços geridos pelo município;
- Criação do Programa de Igualdade nas Escolas, direcionado às comunidades escolares - associações de encarregados de educação, pais e mães, e de estudantes - e que vise a sensibilização para a igualdade e livre de violências;
- Criação de Gabinetes Municipais para a Igualdade: espaços de informação sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura, programas de apoio e de promoção de iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate às discriminações;
- Atualizar o diagnóstico da violência machista por freguesia para compreender a evolução da violência no contexto local;
- Regras de urbanismo inclusivo para promover um espaço público confortável e mais seguro, melhorando a iluminação pública e privilegiando um policiamento de proximidade e os contratos locais de segurança, em alternativa ao modelo da videovigilância;
- Adequação da rede de transportes públicos com transportes adaptados e de proximidade, nomeadamente para pessoas com responsabilidades de cuidados fora das horas regulares;



E3

LGBTI+ EM PLENA IGUALDADE

Ao longo dos anos, Lisboa tem apoiado entidades e iniciativas LGBTI+, através de apoios logísticos a eventos, apoios financeiros ou através da cedência de espaços. Com o Bloco na Vereação dos Direitos Sociais foi aprovado o primeiro Plano Municipal LGBTI+ do país. É um marco histórico para alicerçar direitos em políticas públicas com a participação da comunidade.

No entanto, a discriminação é ainda realidade quotidiana. Em 2019, 40% das pessoas inquiridas admitiram terem sentido discriminação no seu quotidiano. Há ainda muito caminho a percorrer e nos próximos 4 anos o Bloco quer continuar a enraizar políticas de igualdade na cidade. Queremos uma Lisboa amiga das pessoas LGBTI+.

- Campanhas de sensibilização e formação dos trabalhadores e trabalhadoras dos serviços públicos, nomeadamente câmara municipal, juntas de freguesia, escolas e serviços de saúde, e dos serviços privados, como lojas, para o respeito e inclusão das pessoas LGBTI+;
- Articulação com o SNS e Segurança Social para a criação de uma resposta de cuidados diferenciada para as pessoas idosas ou doentes que sejam LGBTI+;
- Reforço da resposta de saúde mental para as pessoas LGBTI+;
- Promoção da empregabilidade, sobretudo para pessoas trans;
- Abertura e dinamização do Centro Municipal LGBTI+ na Casa da Diversidade, em Arroios;
- Dar visibilidade às pessoas, à comunidade e às lutas LGBTI+ através da toponímia, em representações e símbolos, em placas, estátuas e ruas e em percursos da história e cultura da comunidade;
- Promoção da produção cultural de pessoas LGBTI+.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

A existência de pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) representam um falhanço de organização da sociedade. Seja por motivos económicos, de doença mental ou devido a consumos, ficar sem casa e viver na rua durante décadas é inadmissível na nossa comunidade. A pandemia veio colocar mais pressão, tanto para quem vive em rua, como para quem depende de empregos precários e estava muitas vezes já em situação limite.

A vereação do Bloco em Lisboa, durante 4 anos, implementou políticas emancipadoras, rasgando com o perfil caritativo característico da intervenção nesta área. Foram dadas casas com acompanhamento social, emprego, apoio em saúde, respeito pela voz e autonomia das pessoas em situação de sem abrigo. Em plena pandemia, foram abertos 4 centros de acolhimento com respostas dedicadas para pessoas trans, consumidores de álcool e drogas, mulheres e pessoas LGBTQ+. Tudo isto fruto do maior investimento de sempre em Portugal na resposta às pessoas em situação de sem abrigo.

Para dar continuação ao trabalho feito, avançamos com propostas que avançam e garantem os direitos das PSSA.

RESPOSTAS SOCIAIS

- Trabalhar com o Governo para que os apoios dados não dependam da origem territorial das pessoas;
- Respostas sociais que incluam as pessoas que têm consumos, animais de estimação, com deficiência ou às pessoas trans;
- Criar residências assistidas para evitar a institucionalização;
- Necessidade de ter um programa de apoio social para as pessoas que



saem das penitenciárias e dos estabelecimentos educativos e que acabam na rua, por ausência de resposta;

- Lançar programa “Nem mais um dia na rua” com constituição de novas equipas de rua para intervir em 24h para novas pessoas em rua;
- Trabalhar com o Governo e com os CTT para que as PSSA tenham direito a ter uma morada enquanto estão em rua, com direito a acesso independente ao correio;
- Criar novas respostas de redução de riscos nos consumos;
- Criação de espaços de alojamento seguros, protegidos e com direitos, onde as pessoas - cis e trans - se sintam seguras;
- Diversificar as respostas de alojamento com acompanhamento para a autonomia, dando hipótese à autonomia para quem não tenha perfil de habitação Housing First
- Criação de vales grátis para lavandarias que permitam às PSSA lavar e manter a sua roupa;
- Criação de programas de acesso à habitação municipal para as PSSA, através de majoração nos procedimentos concursais, quotas ou outros instrumentos;
- Participação das pessoas em situação de sem abrigo nas políticas públicas do município.

EMPREGO

- Criação de postos de trabalho adaptados e protegidos, tendo em vista a autonomia. Emprego primeiro e depois capacitação;
- Promoção do acesso ao trabalho em projetos da CML através do critério de integração de pares, com formação progressiva e acompanhada
- Dialogar com o Governo para que seja criada uma moldura legal específica que privilegie as PSSA no emprego público;

SAÚDE

- **Programa de articulação “Saúde com abrigo” para altas hospitalares de pessoas sem casa ou em elevada vulnerabilidade social em colaboração com os Centros Hospitalares, Centros de Saúde e Segurança Social;**
- Acesso mais facilitado ao número de utente do SNS. Acabar os números provisórios e ultrapassar a questão da morada;
- Criação de um programa municipal de acesso gratuito ao tratamento dentário e realização de próteses;
- Articulação com o SNS para a formação dos profissionais de saúde relativamente aos programas de redução de riscos nos consumos e melhoria das resposta no tratamento das dependências.



E5

JOVENS

Pagar uma renda na cidade de Lisboa continua a representar um esforço enorme para de milhares de jovens. A maioria dos estudantes aluga quartos cujos preços com despesas mensais chegam a quinhentos euros. Vítimas da precariedade no mundo laboral e da especulação imobiliária desenfreada, o sonho de um dia poder comprar uma casa transformou-se numa miragem para a geração mais jovem.

O preço da habitação e do arrendamento em Lisboa representa a maior fatia do custo de frequência do Ensino Superior, muitas vezes, impedindo os jovens de prosseguir os seus estudos. As residências universitárias públicas só garantem alojamento para cerca de 12% dos estudantes deslocados.

A componente mais importante para que os jovens se possam fixar e viver na cidade de Lisboa é a garantia de trabalho com direitos. As gerações mais jovens continuam a ser as mais castigadas pela precariedade. Dois terços da juventude trabalhadora é precária. Na cidade de Lisboa, muitos jovens trabalhavam precariamente na indústria do turismo e hotelaria. Com a pandemia, vimos na rua trabalhadores precários, muitos jovens e, em grande parte, racializados e migrantes que trabalham para as plataformas de entregas a ganhar salários miseráveis e com quase nenhuma garantia. Uma cidade em que é dada primazia às deslocações de automóvel não é para jovens. Construir uma Lisboa para os jovens estudantes e trabalhadores implica

investimento no metropolitano, nos autocarros, nos barcos e nos comboios, pensando em todos os que se deslocam dentro e para dentro do concelho todos os dias. O passe metropolitano a preço reduzido foi uma conquista importante. No entanto, ainda há muito por fazer. Pugnar por um centro urbano sem carros passa, antes de mais, pelo reforço dos transportes públicos que ligam os vários concelhos da AML entre si e reforçar a mobilidade sustentável, nomeadamente, o número de bicicletas e a extensão das ciclovias. As bicicletas da Gira podem e devem tornar-se num meio de transporte acessível a todos os jovens da cidade, garantindo que chega a mais sítios e que garante as deslocações para os vários pólos universitários da cidade. Uma cidade com futuro é verde, jovem e exige que revolucionemos a forma como nos movemos.

MAIS ACESSO À CULTURA

- **Todos os museus municipais gratuitos para todos os visitantes até aos 25 anos, bem como a adaptação da sua programação ao público mais jovem (eventos como concertos, conferências, visitas guiadas, entre outros, mais próximos dos interesses e temas de discussão dos jovens);**
- Articulação com a EGEAC para a promoção de um setor de programação cultural dedicado especialmente a jovens, integrando, simultaneamente, nesta programação jovens artistas da cidade - quer alocado a eventos maiores (Abril em Lisboa; Lisboa em Festa), quer na programação de novos eventos/

E5

espaços culturais (e.g. promoção de microfestivais de carácter mais local);

- Criação de centros culturais locais (um género de “spot jovens” localizados em diferentes zonas da cidade) com espaços comunitários gratuitos para desenvolvimento de atividades artísticas, entre outras - e.g. estúdios de produção artística e musical, estúdios de gravação de música, espaços de ensaio (teatro, performance) e apresentação ao público, ateliers, espaços de trabalho partilhado;
- Desconto em cinemas independentes para todos os jovens da cidade até aos 26 anos.

PROMOVER A MOBILIDADE SEGURA E PARA TODA A CIDADE

- Metro aberto durante 24h aos fins de semana (sexta, sábado e domingo), bem como melhores soluções de ligação Lisboa-Margem Sul do Tejo durante o período noturno

LISBOA QUE PROTEGE OS JOVENS

- **Campanhas de sensibilização sobre violência doméstica e femicídio com campanhas de ocupação do espaço público com os nomes das vítimas, números de linhas de apoio e testemunhos de vítimas;**
- Abertura de mais espaços de drug tests, especialmente, abertos ao fim-de-semana e na proximidade aos espaços de vida noturna.

APOIO AO SUCESSO ESCOLAR

- Criação de salas de estudo da CML abertas 24 horas;
- Alargar, em regime rotativo, o horário de funcionamento das bibliotecas municipais em épocas de exames
- Apoio à aquisição de espaços para Repúblicas de Estudantes;

JOVENS COM VOZ E APOIO

- Gabinete de apoio dedicado especialmente aos Jovens em início de vida na cidade (e.g. auxílio em processos burocráticos de arrendamento, processos financeiros, etc);
- Plataforma, dedicada aos jovens, e que funcione como canal participativo de opinião pública no município (sugestão de iniciativas, opiniões, etc)

APOIO AO EMPREGO JOVEM NÃO PRECÁRIO

- Promoção de concursos públicos municipais (CML e Empresas Municipais) com público-alvo jovens em término da escolaridade obrigatória ou recém-licenciados;
- Promoção de programas recorrentes de estágios profissionais remunerados nos órgãos e empresas da CML;

E6

DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES, PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO E REQUERENTES DE ASILO

Empurradas para a periferia dos centros urbanos, as comunidades migrantes são afetadas por processos de segregação territorial caracterizada pela falta ou dificuldade no acesso a serviços públicos de qualidade. Esta segregação em muitas situações soma-se a precariedade habitacional e sobrelotação dos alojamentos.

São vários os obstáculos burocráticos e administrativos que as pessoas migrantes enfrentam em serviços públicos que impedem ou dificultam a regularização da sua situação, ficando excluídos dos apoios e proteção social e nas margens da inclusão e pertença à sociedade. A falta de respostas do Serviço e Estrangeiros e Fronteiras é um dos principais obstáculos colocados pelo Estado que impossibilita o acesso a serviços públicos, a prestações sociais, ao emprego com direitos, à habitação e ao reagrupamento familiar, entre outros direitos fundamentais.

O número de pessoas deslocadas contra a sua vontade que fogem de guerras, conflitos armados ou violações dos direitos humanos e procuram refúgio e proteção em Portugal, tem crescido nos últimos anos, antes da pandemia. As pessoas em situação de refúgio e requerentes de asilo enfrentam dificuldades no acesso à saúde, ao apoio social, à aprendizagem da língua, à habitação e a um trabalho digno. Esta realidade evidencia a escassez de políticas públicas que efetivamente garantam às pessoas migrantes a igualdade no acesso a direitos.

O município mais populoso do país e aquele onde reside um maior número de pessoas estrangeiras, não pode ficar indiferente a todas estas injustiças. Deve ter um papel de liderança na defesa dos direitos das pessoas migrantes e refugiadas, assim como no combate às desigualdades que as afetam, implementando políticas e medidas abrangentes e coerentes que contribuam para a sua valorização e para a melhoria das suas condições de vida.

MEDIDAS

- Dar continuidade aos Planos Municipais para a Integração das Pessoas Migrantes, em parceria com organizações representativas e atendendo às lições aprendidas resultantes do diagnóstico local e da avaliação dos Planos anteriores
- Avaliação e atualização do Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados (PMAR LX), com a participação das organizações da sociedade civil parceiras do programa e organizações representativas das pessoas refugiadas;
- Construção de um novo Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados em Lisboa e reforço do parque habitacional para primeiro acolhimento de refugiados e refugiadas e para a progressiva autonomização pessoal e familiar, potenciando o acesso e a estabilidade habitacional das pessoas em situação de refúgio.
- Realização de um estudo de caracterização e condições de vida da população migrante, em situação de refúgio e requerente de asilo em Lisboa;
- Implementação de medidas que permitam o acesso a serviços e apoios municipais reduzindo as vulnerabilidades que resultam de dificuldades na obtenção de autorização de residência.
- Implementação de projetos de ensino bilingue e da transformação de equipamentos escolares em espaços cosmopolitas de horário alargado, abertos à vida cultural das comunidades;
- Incremento do programa “Português Língua de Acolhimento” de modo a garantir uma oferta contínua e intensa de português com diferentes níveis que permita uma aprendizagem da língua portu-

guesa em ambiente formal desde o início da permanência em Portugal para pessoas migrantes e refugiadas;

- Reforço do financiamento para apoio a organizações de pessoas migrantes e em situação de refúgio e requerentes de asilo;
- Implementação de medidas, em articulação com as Juntas de Freguesia, de modo a garantir a uniformização as taxas aplicadas pela requisição do atestado de residência;
- Plano de monitorização da saúde em populações vulneráveis, nomeadamente pessoas migrantes, requerentes de asilo e beneficiários de proteção internacional;
- Disponibilização de informação acessível, em diferentes línguas, sobre o sistema de saúde;
- Programa Municipal de respostas de saúde mental construído e implementado em parceria com as organizações da sociedade civil e o SNS, com inclusão de mediadores culturais no acesso e acompanhamento deste programa;
- Implementação de um código de conduta a aplicar nos serviços da CML para a prevenção e combate à xenofobia;
- Formação contínua de profissionais de saúde acerca das necessidades das migrantes e refugiadas na área da saúde;
- Formação dos técnicos da segurança social, das finanças e das juntas de freguesia sobre temas relacionados com as migrações e o asilo, assim como a divulgação regular de informação disponível sobre o tema, com recurso a folhetos informativos.
- Campanhas de desconstrução de estereótipos de preconceitos sobre nacionalidade e estatuto migratório para proprietários, de modo a eliminar a discriminação no acesso ao arrendamento. Esta campanha deve ser construída e implementada em colaboração com organizações da sociedade civil;
- Exercer influência junto do Governo para a revogação do regime de Autorização de Residência para Atividade de Investimento (“vistos gold”) e do regime fiscal de residentes não habituais e outros benefícios fiscais.

E7 DESPORTO

O desporto é uma das melhores ferramentas de inclusão social, educação para a diversidade e partilha de vivências. A esmagadora maioria do desporto é praticado por atletas amadores por via de pequenos clubes e associações que trazem dinamismo e inclusão aos bairros em que se inserem.

Mais do que eventos esporádicos ou galardões internacionais, Lisboa necessita de ter uma política de apoio ao desporto que, para além de promover a atividade física, promova a cidadania ativa, a formação individual e coletiva e seja potenciador de sentido de pertença comunitária. É assim que o Bloco vê o desporto em Lisboa.

- Requalificação da doca do Poço do Bispo e envolvente, com criação de um complexo de piscinas (piscina olímpica) tendo em vista a prática de atividades náuticas desportivas, envolvendo as forças vivas sociais da cidade como escolas e os clubes desportivos;
- Criação de um plano municipal de desporto com orçamento próprio e medidas articuladas com as áreas da saúde, educação e direitos sociais que dotem o município de Lisboa de uma estratégia na área do Desporto;
- Gratuidade para pessoas com menos de 35 anos em aulas nos entidades desportivas municipais já existentes ou desconto de 50% nas entidades com protocolo com a CML;
- Atualização da carta de equipamentos desportivos da cidade;
- Aumento do investimento em equipamentos desportivos, começando pela reabilitação de antigos equipamentos atualmente sem uso;
- Bolsas municipais de apoio à prática desportiva;
- Financiamento de apoio educativo como complemento à prática desportiva para alunos em situação vulnerável;
- Bolsas municipais de apoio financeiro a atletas da cidade que representem Portugal e não recebam outros apoios estatais;
- Expansão de programas municipais de atividade física gratuitos a todas as faixas etárias com aconselhamento especializado e ligação aos serviços de saúde.

E8

BEM-ESTAR ANIMAL

O município de Lisboa tem uma grande responsabilidade na garantia do bem-estar animal. Cabe-lhe a competência relativa ao bem-estar de animais de companhia, errantes e assilvestrados.

A legislação nacional de bem-estar animal reconhece, através do estatuto jurídico dos animais, a sua sensibilidade e o direito a serem protegidos. Lisboa deve ser pioneira e tomar a vanguarda no bem-estar e proteção dos direitos dos animais.

- Criação da Carta dos Direitos dos Animais;
- Criação do Regulamento do Bem-Estar Animal;
- Criação de uma rede municipal de resposta de urgência veterinária
- Programa municipal de Vacinação e esterilização gratuita de animais de companhia;
- Expandir a abrangência de parques caninos na cidade;
- Fim das touradas no Campo Pequeno;
- Fim da política de captura e abate de pombos;
- Criação de uma rede de pombais contraceptivos para controlar a população de pombos;
- Cidade sem eventos que causem sofrimento animal;
- Dotar a provedoria dos animais de orçamento e recursos para executarem as suas funções;
- Melhoria e aumento das instalações da Casa dos Animais de Lisboa;
- Comparticipação à alimentação para animais de famílias vulneráveis;
- Rede de apoio exclusiva às associações que promovem o bem-estar animal com orçamento próprio.



F PROMOVER E APOIAR A CULTURA NA CIDADE

Ao longo dos anos o investimento em cultura em Lisboa privilegiou os equipamentos no centro urbano. Na última década, a oferta esteve demasiadas vezes ao serviço de uma ideia de cidade espetáculo em que a cultura tem a função de animar o turismo ou valorizar áreas urbanas de um ponto de vista comercial, tendo a sua expressão limite num orçamento municipal dependente de uma taxa turística. O investimento em cultura na cidade de Lisboa deve ser feito não só nos equipamentos e património, mas também nas pessoas e organizações que fazem da cultura o seu modo de vida – e que viram esses modos de vida postos em causa na sucessão de confinamentos fruto do covid19.

Uma política cultural autárquica para a cidade de Lisboa deve promover um entendimento da cultura enquanto índice de cidadania activa e de desenvolvimento social. É fundamental resgatar o direito à cidade como território de criação e de construção da comunidade que usa a cultura como interlocutora para essa mudança.

À escassa oferta institucional que existe nas periferias da cidade devemos responder com apoio à multiplicidade de práticas e produções existentes em

todos os territórios de Lisboa, nas 24 freguesias da cidade. Porque a cultura acontece, todos os dias, no espaço público, nos bairros, nas coletividades, nas pequenas e grandes estruturas.

Por isso, o Bloco propõe em Lisboa um **plano ambicioso e que faça verdadeiramente a diferença não só na resposta emergencial à pandemia, mas que possibilite de uma vez por todas acabar com a intermitência e precarização estrutural do trabalhador da cultura**, e que seja um motor para uma redefinição cultural para a cidade de Lisboa, permitindo pensar e redesenhar os novos tempos.

DEMOCRATIZAR O ACESSO À CULTURA

- Criação do programa “Cultura no meu bairro” com um equipamento cultural em cada freguesia que tenha espetáculos gratuitos e sirva de equipamento de apoio a novos artistas locais;
- Política de preços que garanta o direito de acesso aos equipamentos culturais municipais: dias de acesso gratuito, bilhetes de família a preços acessíveis;
- Promoção da presença das artes na vida pública e na Escola, defesa do ensino e práticas artísticas, promoção da literacia da leitura e outras, incluindo a literacia para a imagem e novos media, reforço de políticas culturais de proximidade através de contratos;
- Promoção da produção e fruição da cultura: programa estratégico para arquivos, definição de crité-

rios de coleção, preservação, documentação, digitalização e acesso público;

- Garantir condições de acessibilidade a pessoas com diversidade funcional em todos os eventos culturais realizados em espaços dedicados ou eventuais (espetáculos de rua, festivais, feiras, etc), nomeadamente no apoio à interpretação em Língua Gestual Portuguesa nos espetáculos ao vivo e à produção de versões em braille ou em áudio dos materiais impressos; através da existência de estacionamento adaptado, reserva de lugares na assistência e instalações sanitárias acessíveis;
- Criar e manter atualizado um mapeamento socio-cultural do município, incluindo um inventário das estruturas culturais (amadoras e profissionais - bandas, grupos de teatro, cineclubes, associações culturais) e dos espaços culturais e de memória (públicos, privados e comunitários);
- Articular com as estruturas culturais a utilização de espaços das escolas, fora do horário escolar;
- Assegurar boas práticas laborais nos equipamentos da EGEAC, garantindo contratos de trabalho onde estes já têm presunção, e pondo fim à intermediação;
- Criar, em parceria com associações colectivas, uma rede de espaços destinados a acolher artistas e organizações culturais não profissionais ou profissionais que não dispõe de locais de ensaio e criação, permitindo-lhes melhores condições para o exercício das suas atividades.

PARA UMA EFETIVA VALORIZAÇÃO DO/A TRABALHADOR/A DA CULTURA

- Contratação municipal de trabalhadores/as para colmatar necessidades em equipamentos municipais;
- Regularização dos falsos recibos verdes, integrando os/as trabalhadores/as precários e garantir o pagamento aos/às trabalhadores/as independentes que desenvolvam atividade em equipamentos culturais tutelados pela autarquia ou nos quais a autarquia tenha uma participação;
- Criação de uma plataforma online com legislação laboral; informação sobre proteção social e fiscalidade; caixa de ferramenta (com minutas de contratos, recursos municipais disponíveis para os trabalhadores da cultura, documentos de boas práticas, conselhos úteis);
- Pacote de medidas de apoio à parentalidade e conciliação da vida profissional e familiar para trabalhadores/as da cultura que exerçam a sua atividade fora do horário convencional de trabalho;
- Condicionamento de atribuição de apoios públicos à demonstração do cumprimento da lei laboral pelas entidades beneficiárias, nomeadamente a celebração de contratos de trabalho, obrigando a justificar a existência de situações de prestação de serviços ou subcontratação e introduzindo as ações inspetivas como uma rotina do acompanhamento dos projetos;
- Apoio à participação e presença dos pequenos editores na feira do livro de Lisboa procurando minimizar o impacto concorrencial dos grandes grupos editoriais e livreiros.

F PROMOVER E APOIAR A CULTURA NA CIDADE

MAIS REFORÇO E AUTONOMIA DE MEIOS

- Reforço do orçamento municipal de cultura e sua autonomia em relação à taxa turística Municipal;
- Aumento e diversificação do financiamento à criação artística e aos projetos de difusão da criação artística, considerando redes de programação e áreas que têm sido marginalizadas nos programas de financiamento (literatura, música e artes visuais, entre outras);
- Novas linhas de financiamento para gestão de espólios e arquivos das instituições culturais, artistas jovens, projetos artísticos nas escolas, projetos artísticos de culturas discriminadas, entre outras;
- Estabelecimento de mecanismos de transparência nos protocolos com as organizações financiadas;
- Transparência e clareza nos mecanismos de contratação, em particular dos quadros dirigentes de equipamentos municipais;
- Criação de um plano de visibilização, fomento e mediação dirigido a manifestações culturais de comunidades minoritárias.

PROTEGER O LIVRO E LIVRARIAS INDEPENDENTES

- Apoiar e incentivar a edição independente do livro através de programas de compras para bibliotecas municipais e escolas, bem como financiamento das rendas imobiliárias das livrarias independentes, combatendo a concentração do mercado livreiro e promovendo mecanismos de apoio a livrarias e editoras independentes;

QUEM SOMOS



sabe mais em lisboa.bloco.org



AUTÁRQUICAS 2021

LISBOA UMA CIDADE EM COMUM

sabe mais em lisboa.bloco.org